
AS ELITES POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU: GRANDES JOGADAS OU A POLARIZAÇÃO POLÍTICA?

Paulo Anós Té¹

Resumo

O presente trabalho analisa as atitudes das elites políticas na Guiné-Bissau em relação à polarização política. As elites políticas bissau-guineenses experimentaram algumas transformações significativas no pretérito recente com abertura política, em 1991, ocasionando o surgimento de novos partidos políticos e o realinhamento político das suas bases políticas. A polarização política diz respeito ao aumento da divergência ou à divergência entre as atitudes políticas extremamente antagônicas. Assim, o surgimento da (nova) elite política faz com que muitos dos jovens com sentimento partidário se alinhassem aos seus *modus operandi* na articulação de bases eleitorais, buscando ampliar os seus interesses políticos e partidários. As condições políticas, (como posição partidária, o sistema eleitoral, a própria composição da elite, etc.) determinam em parte a polarização política no país. O surgimento das novas elites políticas e o (re)posicionamento de novos partidos políticos sobre as diferentes esferas populacionais têm contribuído para evitar a polarização política? Durante alguns anos, essas elites estiveram unidas durante a transição democrática ou se viram mais como inimigos políticos? Esta pesquisa aborda as questões por meio da revisão da literatura da elite política sobre os diferentes aspectos (políticos, sociais e econômicos) da polarização política. Isso é feito através da seleção dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. A pesquisa evidencia que, durante o processo de transição e pós-transição, a política de consenso desapareceu, sendo aplicada a política de unanimidade no cenário político. Entretanto, apesar de haver um discurso político baseado na “unidade nacional”, as atitudes das elites políticas são tão polarizadas ao ponto de influenciar os comportamentos dos cidadãos e, portanto, mudam as elites políticas, mas a cultura política continua a ser a mesma.

Palavras-chave: elites políticas; Guiné-Bissau; polarização; sistema partidário.

1. INTRODUÇÃO

Após a proclamação da independência em 1973, a Guiné-Bissau adotou o regime do partido único sob a égide do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Politicamente, após várias crises internas, perseguições e assassinatos de algumas figuras públicas, o Estado da Guiné-Bissau, à semelhança de outros Estados africanos que experimentaram a liberalização política na década de 1990, adotou o pluralismo político pró-democracia liberal em

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), pauloanoste0@gmail.com e ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-3658-2359>>.

1991. Segundo Cardoso (1995) e Nóbrega (2003a), o processo da liberalização política não resultou da vontade própria das elites políticas internas, mas através de imposição externa, sobretudo, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Porém, os resultados da abertura política, nas últimas décadas, têm evidenciado grandes jogadas e sem nenhuma mudança da cultura política.

Nas últimas duas décadas, a desconfiança na elite política, os sentimentos antipartidários dos jovens e a queda do apoio da população à elite política têm crescido de forma exponencial. Abertura política parece elucidar duas situações contraditórias: *a)* operacionalizou um grande espaço político disponível para a entrada de novos atores no cenário político e *b)* o mesmo espaço político é visto como um lugar de “oportunidade” de as elites políticas resolverem os seus problemas pessoais e partidárias, sendo que espaço político não foi direcionado para os interesses coletivos.

A transição política iniciada na década de 1990 deveria ser *a priori* uma transição da cultura política, em que no regime do partido único os indivíduos não poderiam participar livremente na vida política através da sociedade civil, das organizações sindicais, dos partidos políticos e outras organizações, pois a participação política era, de fato, limitada pelo PAIGC através do seu uso de política de unanimidade, mas, na verdade, o que aconteceu foi a transição política e não a transição da cultura política.

Para algumas literaturas, as medidas adotadas pelo Consenso de Washington foram vistas como responsáveis pela estagnação econômica e pelo agravamento das situações de vida dos bissau-guineenses e as crises políticas, sociais e econômicas somam-se a esse cenário crítico de sucessivas instabilidades políticas. Contudo, neste trabalho enfatiza-se que, a disfuncionalidade do Estado não se deve, exclusivamente, aos condicionalismos impostos pelas agências internacionais, mas devido à falta de preparação da elite política e uma visão clara sobre os diferentes aspectos da Guiné-Bissau. Assim, o país, dadas as circunstâncias históricas e políticas, representa um caso particular e interessante do estudo da elite política.

Esta pesquisa aborda as questões por meio da revisão da literatura da elite e da polarização política. A pesquisa evidencia que, durante o processo de transição e pós-transição, os atores mudaram, mas as práticas continuam as mesmas. Entretanto, apesar de haver um discurso político baseado no “desenvolvimento” ou na “unidade nacional”, os sentimentos positivos concernentes à consolidação dos princípios democráticos não sobrevivem às situações de crises políticas, do sistema partidário e da composição da elite política. Assim, a presente proposta estrutura-se em dois tópicos além da introdução e conclusão: 1) faz-se uma consideração da (re)construção política e histórica da atitude política da elite em relação à abertura democrática e o desdobramento da situação após

abertura política; e 2) fala-se sobre grandes jogadas sem mudança das elites políticas, abordando a questão da violência e a banalização do Estado; para mais, a “renovação” da elite política como uma velha questão política.

2. ELITES POLÍTICAS E AS SUAS POSTURAS EM RELAÇÃO À LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

A história da formação da elite política na Guiné-Bissau é marcada pelas rupturas e continuidades, compreendendo três fases: *a*) a implementação efetiva do colonialismo português; *b*) a proclamação da independência e os primeiros esforços da edificação do Estado; e *c*) a liberalização política em 1991 (CARDOSO, 2004). A última fase marcou o elitismo político, dando espaço para a existência de um poder político exclusivista (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020). Apesar de destacar as três fases da formação da elite política, a presente análise cinge-se na terceira fase, pois a liberalização política possibilitou a entrada da nova elite política e o realinhamento das suas bases.

As elites políticas são responsabilizadas pela deterioração do Estado, das políticas econômicas e desenvolvimentistas implementadas no país desde a independência até os dias atuais – 2022. Frequentemente se ouve falar: “a culpa é das elites políticas”. Essa expressão, conforme Raposo (2019), surge em situações de exaltações políticas, sociais e econômicas. A elite refere-se a um pequenos grupos de indivíduos que se destacam entre os seus colegas (como os melhores) numa dada atividade. Estes podem ser considerados como membros superiores do estrato de uma sociedade e em termos psicológicos e morais, como pessoas selecionadas, ou seja, trata-se de uma construção de pessoas de “carácter e energias superiores” (MILLS, 1981, p.22). Assim, se pode falar da elite política, econômica, social, cultural, etc. Porém, quando a elite se refere a política a sua interpretação passa a

referir-se ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem. Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo (RAPOSO, 2019, p.160).

Entretanto, devido às funções consagradas, a capacidade organizacional da elite se compõe de uma base importante que os possibilita governar os governados. A Teoria da elite mereceu uma

análise dos teóricos como: Pareto com a sua contribuição sobre a “circulação das elites” Moscas com a “classe política” e Robert Michels, com a da “lei de bronze das oligarquias”. Essas contribuições foram importantes sobre os estudos da elite política contemporânea. Michels (1982) baseia a sua explicação em dois eixos: o primeiro refere-se à sociologia das organizações composta pela oligarquia e uma maioria governada; e o segundo eixo refere-se à psicologia das multidões para explicar com a maioria se submete aos oligarcas. Para o autor, em quaisquer organizações partidárias, mesmo aquelas que justificam como democráticas, cria-se uma classe oligárquica, fato que o autor denominou de “Lei de bronze da oligarquia”. Entretanto, ao olhar para o contexto dos partidos políticos e das elites políticas bissau-guineense, percebe-se que há falta de cultura democrática.

Assim, a abertura política foi marcada pelas oposições e vozes contraditórias entre as elites políticas (CARDOSO, 1995), dado que, a adoção do pluralismo político não foi consensualmente considerada impulsionar de mudança de mentalidade política capaz de fortalecer as instituições e conduzir de forma eficaz as instituições a resolverem os problemas crônicos que há década assolam o país – nepotismo, corrupção, etc. A opinião nacional bissau-guineense compartilhava uma visão “positiva” com e após abertura democrática, e, num curto tempo, percebe-se estar numa situação mais sombria marcada pelas cíclicas instabilidades políticas.

Com a evolução do processo democrático, as perspectivas das elites políticas que assumiram o país começaram a despertar várias curiosidades e passaram a ser questionadas, e a descrença na elite política tornou-se patente na sociedade (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020). Isso pode ser explicado através de três fatores: a) a personificação do poder na figura da elite política; b) a entrada da nova elite política não correspondeu com as expectativas da elevação do espírito democrático; e c) aumentou a polarização política. Estes três elementos (e não só) explicam a postura da elite política, impondo situações de incapacidade às instituições públicas e financeiras para resolverem os problemas do povo, transformando o país num Estado suave². Quando é assim, o resultado das ações políticas começa a provocar insatisfação popular devido aos resultados políticos indesejados.

No entanto, além da insatisfação popular, mesmo nos momentos críticos, as elites políticas que ocuparam os altos cargos públicos do país não se mostram sempre leais aos princípios

² É compreendido como um Estado com as instituições incapazes de traduzir objetivos políticos em ações políticas; incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacional eficaz; que tenta, mas não consegue impor a nível nacional um sistema de extração econômica sobre o setor econômico mais produtivo; um Estado suave tende a ser marcado por afastamento anormalmente grande entre o conjunto de cidadãos “normais” e a liderança do Estado, existindo poucos ou nenhuns conjuntos formais de ligação entre o Estado e a sociedade (sobretudo rural) (FORREST, 1993) e é um Estado que não consegue garantir as condições - sociais, econômicas, habitacionais, sanitárias, escolares e entre outras - aos seus cidadãos, cuja história da disfuncionalidade é uma “norma” e não uma exceção.

democráticos, dado que, recorrem em certas situações os preceitos não democráticos para assumir o protagonismo da gestão do país. Esse processo tem sido constante no país e, de fato, evidencia como é complexo para os partidos políticos e as elites políticas mudar os seus *modus operandi* de fazer a política, quando não estão na governação.. Mesmo aqueles partidos que no pretérito (recente) eram mais ativos em criticar a má gestão pública, mostram-se em muitas circunstâncias desleais quando as decisões sensíveis do país tiveram que ser tomadas no parlamento ou no governo e em certos contextos participam para legitimar as alternâncias do poder.

A tendência dos acontecimentos políticos no país tem sido marcada por duas situações: não tem consubstanciado no apoio firme aos princípios democráticos pelas elites políticas que assumiram a governação do país, por um lado, aumentou a polarização política, por outro. Assim, abertura política declarada, em 1991, e, em tempos mais recentes, o surgimento dos novos partidos políticos reforçou a polarização política e a oposição. Outros partidos políticos são acusados de não terem princípios, pois, eram (e ainda são) tidas como oportunistas, enquanto outros são acusados de serem direcionados para ganhos próprios (ANÓS TÉ; CAOMIQUE, 2022). As eleições gerais de 1994, marcaram ainda mais o bonapartismo presidencial na figura de João Bernardo Vieira (Nino) e sem grandes mudanças políticas. As eleições presidenciais de 16 de janeiro de 2000 marcaram a virada do panorama político, tendo Kumba Yalá, do Partido da Renovação Social (PRS), como vencedor com 72% dos votos válidos, fato ainda nunca visto na história política do país. Apesar disso, não houve mudanças políticas capazes de elevar o processo do desenvolvimento do país.

Após isso, o país realizou seis eleições presidenciais³ e seis legislativas, sendo as últimas realizadas em 2019/2020. As eleições legislativas de 2019 e presidenciais do mesmo ano parecem acentuar ainda mais a polarização política, como a emergência do Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), que na sua primeira participação eleitoral obteve 27 cadeiras na Assembleia Nacional Popular (ANP). No desenrolar da situação política, algumas elites políticas passaram a adotar posições políticas “antagônicas”, com vários discursos antipáticos, com a utilização de *slogans*: “é a nossa vez”, “é preciso fazer a guerra para que haja paz”. Houve casos de conspirações, tentativas de assassinatos e espancamentos de deputados e ativistas (tendo dois deles espancados na presidência do país).

Apesar de tais tensões, é notório que alguns partidos políticos se esforçaram para não cair na polarização política e reconhecer os problemas emergentes que dividem cada vez mais a sociedade.

³ As eleições presidenciais de 2012 não foram contabilizadas, pois houve um golpe de Estado que não permitiu com que o processo chegasse ao fim.

Se se considerar os discursos e as tensões presentes durante a campanha eleitoral legislativa e presidencial de 2019, percebe-se que as posturas dos partidos políticos e das elites políticas em relação à polarização política ganharam novas roupagens políticas, étnicas e religiosas, sendo que alguns dos partidos que tiveram assentos na ANP fizeram campanhas na base de instrumentalização étnica e religiosa, e um número expressivo de voto foi alcançado na base dessa política.

Nesse contexto, a conjuntura política e as elites políticas passam por grandes transformações (marcadas pelas rupturas e posições ortodoxas), com a gênese de novos atores e partidos políticos com assentos parlamentares, e sem uma grande mudança geracional acompanhada de uma melhor representação de gênero e de discussões sérias. Todos esses fatores não contribuíram para uma mudança da estrutura geral do Estado e das representações políticas no país.

Outros estudos evidenciam que o país tem sido marcado pela cultura de *matchundadi* (MOREIRA, 2017), crises de liderança, a luta pelo poder (NÓBREGA, 2003a) e a falta de mudança na (re)composição da elite política (CARDOSO, 200ab), tais situações não têm contribuído na melhoria de condição do povo. Na primeira década da independência do país, a situação política levou o pesquisador Joshua B. Forrest (1987) a caracterizar a Guiné-Bissau como *a decade of domestic power struggle*⁴ com base na lógica de captura de conservação do poder da elite que se considera de *matchu*⁵ (MOREIRA, 2017), fato observado não só dentro do PAIGC, mas dentro dos demais partidos políticos, atualmente. O dito popular de a Guiné-Bissau *padi só fidju-matchu* (a Guiné-Bissau pariu apenas filhos varões), é segunda Moreira (2017), uma lástima feita pela sociedade para elucidar as causas do sofrimento, da pobreza, da violência, das dificuldades diárias, dos conflitos, das guerras pelo poder e da sua conservação, fato que evidencia a ausência de uma tranquilidade, de estabilidade e de segurança para todo(a)s. A luta pelo poder política por parte da elite política

[...] não se configura apenas na luta pela captura do Estado e suas instituições, mas também se trata da luta pelos recursos que os lugares cimeiros nas estruturas do Estado proporcionam, o que faz com que a esfera política seja a mais disputada. A luta pelo Estado é também a luta pela redistribuição dos recursos, papel este que cabe à figura masculina na sociedade guineense. É no contexto da dominação institucional masculina que as expressões de hipermasculinidade são levadas para as disputas políticas em rituais marcados por uma grande violência e que não raras vezes culminam na eliminação física dos adversários (MOREIRA, 2017, p.1).

⁴ Uma década de luta pelo poder doméstico (tradução livre).

⁵ Para Moreira (2017), o *matchu* é tendencialmente um déspota (que age em certas circunstâncias com violência), que lutando para estar ou permanecer no cimo da hierarquia política, social e econômica do país (e não só), segue o objetivo primeiro de controlar o exercício do poder governamental e outros instrumentos de violência, acumulando poderes que o coloquem sozinho em todas as direções de comando. Essa situação fez a autora em voz de desabafo afirmar que a Guiné-Bissau *padi só Fidju-Matchu* (a Guiné-Bissau pariu apenas filhos varões).

Essa cultura de *matchundadi* impossibilita o diálogo entre as elites políticas emergentes após a liberalização política até os dias atuais – 2022. Após abertura a oposição se apresentou profundamente dividida durante o processo de transição. Até nas vésperas das eleições gerais de 1994, a oposição via-se mais como rivais políticos do que a organização política partidária (CARDOSO, 1995). Desde então, abriram-se as constantes lutas políticas. Assim, os conflitos, a cultura de *mantchundadi*, a intolerância, as jogadas e as cisões partidárias marcaram a vida política do país até os dias atuais.

3. GRANDES JOGADAS SEM NENHUMA MUDANÇA POLÍTICA, VIOLÊNCIA E BANALIZAÇÃO DO ESTADO

O sistema partidário bissau-guineense está a sofrer grandes rupturas e sem transformações políticas. A longa hegemonia do PAIGC e PRS no cenário político nas eleições presidenciais e legislativas parece carecer da mesma intensidade e do restabelecimento das suas posições políticas na Assembleia Nacional Popular (ANP), sobretudo, nas eleições legislativas e presidenciais de 2019. As posturas de (re)alinhamentos de eleitores e das elites políticas evidenciam um nível da polarização considerável e observável na sociedade. Hoje, há quem negue a existência da polarização e da instrumentalização étnica e religiosa na Guiné-Bissau, sobretudo, nas últimas eleições de 2019.

A coligação entre Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), Partido de Renovação Social (PRS) e Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB) que governa o país desde 2020 até 2022 foi marcada por momentos de tensões políticas e fracassos políticos. O PAIGC como partido de oposição, embora não tendo uma posição ímpeto, foi (e ainda é), com certeza, o partido com maior número de assentos na ANP. Os três primeiros partidos supracitados, não constituíram a maioria parlamentar, porém foi possível construí-la por terem “comprado”, no verdadeiro sentido da palavra, cinco deputados do PAIGC, um número suficiente, para aprovar os instrumentos do governo.

A situação tem sido verificada desde 1999 – data das segundas eleições legislativas – em que o PRS comprou alguns deputados no PAIGC e Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB). Essa situação, segundo Nóbrega (2003b), deve-se à falta de cumprimento da disciplina partidária dos deputados em momentos importantes da vida parlamentar, como sejam a aprovação do programa do governo, do orçamento geral do Estado e outros instrumentos governativos. Essa “indisciplina partidária” é justificada pelos deputados, conforme o art. 117 da Lei eleitoral nº10/2013,

que se trata da eleição do Presidente da República e da ANP, por serem deputados e representantes do povo da Guiné-Bissau, e não unicamente dos seus círculos eleitorais onde são eleitos, sendo que não podem ser sujeitos a medidas de prisão, detenção ou outra interferência administrativa das autoridades pelas opiniões que emitem na ANP.

Foram criadas várias coligações, mas que nunca chegaram a estabilizar o país (ANÓS TÉ; CAOMIQUE, 2022). Quando é assim, as mudanças da reconfiguração das elites políticas revelam que ocorreu a mudança básica da constituição e das demais leis do país, marcando o “aparecimento de novos atores políticos e novas formas de mobilização social, às quais subjazem novas relações de Estado-Sociedade” (CARDOSO, 2002a, p.76). Foi nesse contexto que a adoção do multipartidarismo possibilitou a (re)emergência de acontecimentos e clivagens sociais que marcaram a vida política do país. Antigas situações de clivagens étnicas e regionais não desapareceram (CANDÉ MONTEIRO, 2019; CARDOSO, 2002a, 2002b), inclusive, nas últimas eleições legislativas e presidenciais de 2019 fizeram-se presentes. As elites políticas têm buscado redimensionar e redefinir as suas estratégias políticas, usando em certos contextos a instrumentalização étnica e religiosa. Essas práticas estão a dar lugar a polarização política de forma acentuada para uma direção preocupante que poderá despoletar em grandes convulsões sociais.

O fato elucidar o antagonismo – relações entre os inimigos marcado pelo radicalismo – e não agonismo – relações entre os adversários, como assevera Mouffe (2015). O dualismo e não a dualidade entre as elites políticas possibilitou a criação das posturas “ortodoxas”, marcando grandes jogadas pessoais ou partidárias sem grandes mudanças que, de fato, poderiam contribuir para melhor as condições de vida do povo. Essas posições ortodoxas, por exemplo, acentuaram-se ainda mais com a dissidência dos 15 deputados do PAIGC (integrantes da ala que no congresso realizado em 2014 defendeu a linha que não conseguiu ganhar o congresso), que segundo Sangreman; Martins & Proença (2019), ao abster-se na primeira votação do programa do governo de Carlos Correia, em dezembro de 2015, retirou a maioria à “coligação” estabelecida, alterando as relações de poder estabelecidas no parlamento pelas eleições legislativas de 2014. Assim, engendraram novas situações de conflitos e discordância com exibição da cultura de *matchundadi*⁶ (virilidade), de ameaças e perseguições,

⁶ A cultura di *matchundadi* consiste assim num conjunto de valores, comportamentos, símbolos e práticas norteadas por uma visão do mundo baseada em características entendidas como próprias dos homens e das masculinidades, nos quais se destacam o exercício da força (força física e força simbólica), a exaltação da coragem e da rebeldia, a capacidade de intimidação (através, por exemplo, do medo e da repressão) e o exercício da violência (física, institucional, política, social e simbólica), funcionando estes como medidores do poder e da influência de indivíduos ou grupos perante os seus pares e perante a sociedade (MOREIRA, 2017, p.2).

fechando (quase) todos os canais de diálogo que poderiam contribuir na procura de consenso entre as partes.

A própria cultura de *matchundadi* assenta nas hierarquias repressivas de controlo e dominação desiguais, garantindo aos homens os lugares de destaque na sociedade política e na participação nos principais espaços de tomada de decisões políticas, dando origem aos comportamentos e à masculinização tóxica do poder instituído, ocasionando a instabilidade política que compõe a trilogia gênero-violências-instabilidades política no país (MOREIRA, 2017). É essa cultura de *mantchundadi* que impede o consenso e o diálogo entre as partes.

A Guiné-Bissau não emergiu de forma sólida como uma sociedade democrática, que, embora, subjacentes a outros condicionantes, não conseguiu se consolidar social, política e democraticamente do que os outros países que experimentaram o pluralismo político na mesma década, por exemplo, Cabo Verde. Abriram espaços para as querelas pessoais e, portanto, a situação política de 1991-2022 evidencia essas situações. Sobre isso, pode-se dizer:

os principais acontecimentos do período 1991-2009 foram o Multipartidarismo, que começa em 1991 e a realização das primeiras eleições plurais em 1994; O Conflito Político-Militar de 1998 que afastou o lendário presidente Nino Vieira do poder; a Eleição de Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social em 2000, a primeira força política a derrotar o PAIGC nas urnas e a permitir a rotatividade partidária no país; o golpe de estado de 14 de Setembro de 2003 que afastou Kumba Yalá da presidência da Guiné-Bissau; Em Março de 2004 o PAIGC vence as eleições e Carlos Gomes Júnior é nomeado Primeiro-Ministro; O regresso de Nino Vieira após seis anos de exílio em 2005 e as eleições presidenciais que o elegeram como Presidente da República em Julho desse ano; E as violentas mortes do CEMGFA Tagmé Na Waie e do Presidente da República Nino Vieira em Março de 2009 (MOREIRA, 2017, p.212-213). [O golpe de Estado de 12 de abril de 2012; sucessivos derrubes do governo e nomeações de 9 governos pelo José Mário Vaz de 2015-2019; realização das eleições legislativas de 2019 e presidenciais de 2019/2020 marcadas pela polarização acentuada, instrumentalização étnica e religiosa; e a tomada simbólica do poder pelo Umaro Sissoco Embaló, perseguições, torturas, ameaças, e prisões arbitrárias].

Em termos políticos e sociais observou-se o auge da cultura de intolerância e de *matchundadi* com o recurso da violência e das instituições do Estado a serem usados para resolver as supostas desavenças políticas. Assim, a queda progressiva de Nino Vieira e a consciência da volatilidade do poder político, contribuíram para aumentar a corrupção e não desligou totalmente das elites políticas do seu papel na sociedade. Sob o comando de Kumba Yalá viu-se a vulgarização das elites políticas e a banalização do exercício do poder político na Guiné-Bissau, pois para além da destituição de altos oficiais e ministros com espalhafato, o país teve quatro Primeiros-ministros no espaço de três anos e meio (MORIRA, 2017). Esse fato não se trata apenas de Yalá, José Mário Vaz fez a mesma coisa ao

nomear 9 primeiros-ministros durante os 4 anos e Sissoco Embaló está a banalizar o Estado. Desse modo,

as discórdias laborais, as tensões entre as facções no seio da classe política, as lutas pelo controle dos escassos recursos econômicos, todas estas discórdias que numa situação de pleno funcionamento das instituições e estruturas podiam ser negociadas e ultrapassadas, foram convergindo e afunilando-se num feixe de problemas que se tornaram incomportáveis para um tecido social já bastante estratificado (CARDOSO, 2000, p.93).

Em termos dos comportamentos políticos e sociais essas posturas não tem contribuído para/na consolidação democrática. Com isso, a polarização política, as elites políticas, ambas importantes na edificação de um Estado Democrático de Direito, tornaram-se “inimigos” políticos apesar de não assumir isso tacitamente. Assim, “a rotatividade dos eleitores aumentou a um ponto que uma alternância do poder através do voto popular tornou-se [...] [menos] provável” (FEIST & LIEPELT, 1983, p.73). Esse fato abre precedentes para quaisquer situações que possam colocar em causa a paz social, pois o partido político enquanto uma organização “é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p.238). Assim, as elites políticas podem induzir aos seus eleitores a serem guiados pela postura ortodoxa em vez de dissenso, pois segundo O’Donnell & Schmitter (1988, p.117), a própria democracia política se produz mais pelos impasses e dissensões que por unidade e antagonismo, ou seja, para os autores, “a democracia emerge da interdependência entre interesses conflitantes e da diversidade de ideias discordantes, num contexto que encoraja a interação estratégica entre os atores [...]” políticos.

Entretanto, na Guiné-Bissau, “basicamente todos os partidos se centram na ideia que são os melhores para desenvolver o país, não explicando nenhuma opção em detalhe suficiente para se perceber em que “família” política internacional [e nacional], se podem inserir, seja qual for o nome que adotem” (SANGREMAN; MARTINS; & PROENÇA, 2019, p.9) para a estabilidade política, social e econômica do país. Esse fato tem contribuído na/para banalização da classe e da elite política, do Estado e das instituições do país. O caso mais emblemático além de 7 de junho de 1998 a 7 de maio de 1999 – período de levantamento militar, é que

em 2009 a Guiné-Bissau mostra a face ferida da queda e apresenta-se um país profundamente dividido (étnica e socialmente) e pouco respeitado no panorama internacional; assiste-se ainda à banalização total do Estado e suas instituições e à vulgarização da classe política (classe dominante). Da banalização surge o desânimo e o descrédito da classe dominante (política, militar e econômica), e surge também a perigosa convicção de que qualquer um, desde que munido de força e recursos, pode estar à frente do país, sem mais provas de caráter e de competência. O ano de 2009, como todos os fins de período, é também ele o somatório

e o resultado de um extenso período anterior, marcado por inúmeras turbulências internas, mas sobretudo pela impunidade reinante a toda a escala da sociedade, e por figuras políticas que em maior ou menor destaque contribuíram para a situação anteriormente descrita (MOREIRA, 2017, p.219).

Este é um cenário de dominação institucional masculina marcada pela virilidade no qual as elites políticas e os indivíduos são admitidos ou afastados conforme a sua força – desde o apoio militar ou político ao suporte que conseguem mesmo fora dos procedimentos normais – e o seu grau de violência efetivo ou potencial se materializa nas instituições do país. Aqui, os instrumentos que alimentam as máquinas do poder e da sua conservação é a impunidade, posicionando-se a elite política acima da legislação oficial e do próprio Estado (MOREIRA, 2017) que tendem geralmente a personificar o poder em nome das elites políticas e/ou partidárias

Quando isso acontece, as elites políticas passam a identificar que “o Estado sou eu”. O burocrata identifica-se completamente com a organização e confunde [os] seus interesses com os interesses desta” (MICHELS, 1982, p.130), para consolidar e reforçar o poder da burocracia estatal de maneira a que pudesse servir às suas demandas políticas específicas, dado que, os “atores na Guiné-Bissau procuravam, sobretudo, assegurar a sua autonomia institucional” (FORREST, 1993, p.63) do que reforçar a consolidação das instituições democráticas. O fato provocou uma incapacidade de apreciar de forma serena e pragmática as críticas. E, propositalmente, as elites políticas não deixam de as relacionar, todas as vezes que são feitas, com as questões pessoais, ou seja, “a pessoalização das divergências políticas tem sido, aliás, um marco importante do jogo político, predominando mais a acusação mútua do que um debate de ideais” (CARDOSO, 2002b, p.26) sérias na Guiné-Bissau.

A política em vez de ser um espaço no qual acontecem debates políticos entre as propostas da governação do país, o espaço político fica reduzido à polarização. Nesse contexto, “os partidos políticos vão tentar vender sua mercadoria por meio de um *marketing* inteligente, com ajuda das agências de publicidade” (MOUFFE, 2015, p.61). A consequência disso, tem sido a polarização e o antipartidarismo, pois os partidos políticos perderam a sua centralidade política por não estarem mais lidando com as dinâmicas do país. Com a liberalização e a individualização dos problemas políticos, os antigos *modus operandi* de fazer a política e as discussões políticas sérias tornaram-se incertas. Portanto, a individualização, característica da situação política, não se tornou obsoleto na situação atual da política e precisa ser discutida. Assim,

esse processo de individualização destrói as formas coletivas de vida, indispensáveis para o surgimento da consciência coletiva e do tipo de política que corresponde a elas. Portanto, é totalmente ilusório tentar promover a solidariedade de classe, dado que a principal experiência dos indivíduos hoje é justamente a destruição mesma das condições de

solidariedade coletiva. O crescimento da individualização enfraquece os sindicatos e os partidos políticos, tornando ineficaz o tipo de política que costuma promover (MOUFFE, 2015, p.47).

A prática também enfraquece as instituições do Estado, tornando-as inoperantes para resolver os problemas do povo. Com isso, as mudanças que o Estado da Guiné-Bissau vem passando ao longo dos anos, já que, como foi salientado, não resultaram em grandes transformações políticas e mudança de mentalidade, mas ocorreram de forma a permitir a manutenção e ascensão de nova elite política. Nas situações como essas, as elites políticas deslocam o terreno de debate para questões pessoais e não de interesse nacional. E, entretanto, conforme Michels (1982), o carácter oligárquico das elites políticas se manifesta no fato de que também exige das massas, embora por razões que não têm nada a ver com a consolidação da democracia ou dos princípios democráticos, ou da melhoria da condição destas, a obediência. Essas situações podem ocorrer ou pelo fanatismo cego, ou pela falsa convicção absoluta às elites políticas. Vejamos o que o mesmo autor afirmar:

seu fanatismo sectário que, tal como um contágio, comunica-se às massas com uma facilidade espantosa; a inabalável confiança sugestiva em si mesmo, daí a razão do profetismo; uma grande habilidade oratória e dialética, uma ambição maior ainda, uma necessidade irresistível de se colocar sempre à frente e, *last but not least*⁷, uma faculdade de adaptação quase ilimitada (MICHELS, 1982, p.147, grifo original).

Com isso, pode-se salientar que não houve mudanças políticas nessas três décadas do pluralismo político, na qual as elites políticas tenham desempenhado um papel importante para o desenvolvimento do país. Pode-se até afirmar que a polarização política ou o pluralismo polarizado marcada pelas oposições irreversíveis, de que fala Giovanni Sartori, foi criada e provocada pela elite política. É a elite política que continua a manipular a opinião pública e as máquinas burocráticas do Estado para atender ou às suas demandas políticas, ou pessoais. Assim,

neste cenário da luta desenfreada e violenta pelo poder, a instabilidade política aparece como uma inevitabilidade. A cultura di *matchundadi* é uma das causas-mestres das forçadas mudanças do elenco político do país, relacionando-se com o acesso aos recursos (legais e ilegais, materiais e simbólicos) e o patrimônio (físico e moral), e pela fama e prestígio que a capacidade de redistribuição garante aos *matchus* políticos. A tomada do poder pela força e pela exibição de grande coragem – que é precisa para se levar a cabo um golpe de estado – são os ingredientes que fazem o poder dentro das estruturas de *matchundadi* (MOREIRA, 2017, p.268, grifo original).

São práticas que se assiste no país e isso ficou evidente nas últimas eleições (legislativas de 2019 e presidenciais de 2019/2020), por isso, o surgimento da elite política não consubstanciou na

⁷ Por último, mas não menos importante (tradução livre do autor).

mudança das práticas políticas, mas sim, a renovação e a manutenção do *status quo*. Esse *status* terá de ser questionado se quisermos democratizar as instituições básicas da sociedade, como aduz Mouffe.

2.1. A renovação da elite política ou a velha questão?

Segundo os teóricos da elite política, entre os quais Michels (1982), os processos políticos são marcados pela luta constante pelo poder entre a elite governamental e alternativa. Porém, isso pode ser ocasionado pelas duas posturas: absorção ou a eliminação. No prelúdio da independência, todas as duas posturas foram idealizadas pelo PAIGC ao absorver todas as outras camadas sociais e políticas sob o seu domínio e, assim, eliminou as vozes discordantes. Na África pós-independência, a maioria dos Estados africanos adotaram o regime monopartidário como sistema político – em que apenas o partido único era reconhecido para exercer a atividade política. No caso da Guiné-Bissau, foram adotadas medidas severas entre as quais: a política de unanimidade, censura, perseguições, assassinatos, políticas de autocensura e instalação de milícias do Estado para vigiar a população.

No sistema democrático que os países africanos experimentaram a partir da década de 1990, abriram-se caminhos para o rejuvenescimento da nova elite política, contudo, para Cardoso (2002b), no caso da Guiné-Bissau, poucos casos se deu a verdadeira substituição das “velhas” elites pelas novas como mecanismo da alternância da oligarquia, por isso, no seu entender, a terceira onda de democratização, de que fala Huntington, evidencia que a consolidação da democracia se deve e/ou deverá à mudança de mentalidade da elite política no país. Assim, a instabilidade política e a consolidação dos princípios democráticos dependem em parte dos compromissos da elite governamental para com o Estado e a população, assim, dizendo, da sua existência como parte fundamental e importante da fortificação das instituições do país.

Desde abertura política até os dias atuais – 2022,

pode-se dizer que com a liberalização econômica (*sic*) e social e a consecutiva abertura política, nomeadamente através da realização de duas eleições multipartidárias, tendo a última desembocado numa alternância do poder, abriu-se a possibilidade de um certo rejuvenescimento (*sic*) da elite política, nomeadamente através da consolidação do papel dos partidos políticos na cena política e através das eleições competitivas. Mas este rejuvenescimento (*sic*) não se tem traduzido numa nova forma de fazer política, o que faz com que o processo de constituição desta “nova” elite política seja marcada por um conjunto de características, dentre as quais se poderia destacar as seguintes (CARDOSO, 2002b, p.26).

A elite política está a passar por um longo e complexo processo de mudança por alguma integração/assimilação mútua entre as velhas e as novas e não de uma renovação da elite política capaz de elevar o processo da mudança política. Posto isso, assiste-se a formação e a recomposição da mesma, que, de fato, vende uma imagem fantasmagórica de uma elite rejuvenescida. A recomposição esta que, ao mesmo tempo, em que engloba a entrada de novos atores e elites políticas, tolera a manutenção de elementos pertencentes à antiga elite política, (CARDOSO, 2002b), incluindo, adotando as mesmas políticas usadas precedentemente. Assim, o quadro 1 elucida algumas características pertencentes à elite política bissau-guineense.

QUADRO 1 – Características das elites políticas bissau-guineenses

Características	Observações
Ausência de uma cultura democrática	A falta de interiorização de uma cultura democrática continua a pesar negativamente no relacionamento entre os diferentes sectores e franjas da classe política. O relacionamento dos órgãos da soberania com os partidos da oposição tem sido prejudicado pela ausência de um diálogo construtivo em que prevalecem os interesses da nação em detrimento dos interesses pessoais;
Falta de interiorização dos valores democráticos	As estruturas dos partidos funcionam com deficiência e a luta pelo poder torna-se cada vez mais evidente como sinal do protagonismo político. Esta luta pelo protagonismo em várias situações é levada a situações rígidas dentro dos partidos, o que tem deixado sinais da falta de internacionalização dos valores e legados democráticos pelas elites políticas;
Dificuldade do diálogo intrapartidário	A dificuldade é o resultado da ausência e/ou pouca internalização de uma ideologia e de programas políticos coerentes e aqueles que querem ocupar o cargo mais alto do magistério do país. Salvo raras exceções, nas eleições de 2014 e 2019, os candidatos às eleições (presidenciais e legislativas) não apresentaram nenhum programa ou moção estratégica das suas visões políticas;
A cultura de <i>matchundadi</i>	Impede o diálogo entre as elites políticas em que os homens se encontram e sentem-se acima da lei, e a impunidade é, para além do exercício da violência enigmática, uma das posturas que caracterizam a elite política. É, portanto, exatamente nesta situação de impunidade que as elites políticas se expandem e se (re)produzem no cenário das lutas constantes pelo poder político e econômico, onde se mostram e se desafiam uns aos outros, sendo que cada um busca evidenciar a sua virilidade.

FONTE: Cardoso (2002b, 2004); Nóbrega (2003b); Moreira (2017); adaptada pelo autor.

O que se vê, na verdade, é uma elite política desprovida de uma capacidade reflexiva capaz de orientar o país para o desenvolvimento com pleitos endógenos, atendendo às necessidades do país e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020) ou seja, desde abertura democrática até as últimas eleições “mudaram-se os atores, mas as práticas continuam a ser as mesmas” (CARDOSO, 2002b, p.26), portanto, a mudança da elite deveria consubstanciar numa “transformação das estruturas de poder existentes e a construção de uma nova hegemonia” (MOUFFE, 2015, p.51) política, social e desenvolvimentista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rejuvenescimento das elites políticas e as suas trajetórias delineadas não consubstancia numa verdadeira renovação e mudança de mentalidade da elite, nem na sua articulação social e comportamental. Observa-se uma permanência de cultura de *matchundadi* e até posições ortodoxas concernentes aos mecanismos de luta pelo poder e a sua conservação. Fato este que tem aumentado a situação da vulnerabilidade, da corrupção, do nepotismo e da cultura de impunidade a ponto de haver a crise de legitimidade política e a descrença nas instituições públicas. Em outras formas, é possível pensar se este “rejuvenescimento” é uma característica importante para ancorar o próprio desenvolvimento do país, ou se trata de uma ilusão da estabilidade e da consolidação democrática? Portanto, as elites políticas assumem a forma de confrontação amigo/inimigo, levando a destruição do ente político. Assim, tudo o que se tem é uma elite política carente de estratégias políticas e desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

- Anós Té, P., & Candé Monteiro, A. O (2020). Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 4(4), 214-239. Recuperado de <https://bit.ly/3yjnoim>
- Anós Té, P. Caomique, P. G. (2022, abril). Coalizão partidária na Guiné-Bissau: que leituras? *Anais da 7ª Jornada de Ciências Sociais* da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, MG, Brasil, 2. Recuperado de <https://www.jornadacsoufjf.com/>
- Candé Monteiro, A. O. (2020). *Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)*. Curitiba: Editora Appris.
- Cardoso, C. (1995). A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, 2(1), 259-282. Recuperado de https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991.
- Cardoso, C. (2000). Compreendendo a crise de 7 de junho na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau, 2(7) 87-104.
- Cardoso, C. (2002a). Transição liberal e reconfiguração do espaço político: o caso da Guiné-Bissau. In: *Congresso Luso-Afro-Brasileiro De Ciências Sociais*, 6., 2002. Porto. Anais... Porto. Recuperado de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7019.pdf>.
- Cardoso, C. (2002b). *A formação da elite política na Guiné-Bissau* (Vol. 5). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Recuperado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2434>.

- Cardoso, C. (2004). Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/CarlosCardoso.pdf>.
- Feist, U., & Liepelt, K. (1983). New Elites in Old Parties: Observations on a Side Effect of German Educational Reform. *International Political Science Review*, 4(1), 71-83. Recuperado de <https://bit.ly/3OYIIRP>. doi: <https://doi.org/10.1177%2F019251218300400109>.
- Forrest, J. B. (1991). Autonomia burocrática, política econômica e política num Estado ‘suave’: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. *Soronda*, Bissau, 15(1), 57-95. Recuperado de <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=soronda&pag=2&nResult=20>.
- Forrest, J. B. (1987). Guinea-Bissau Since Independence: A Decade of Domestic Power Struggles. *The Journal of Modern African Studies*, 25(1), 95-116. Recuperado de <https://bit.ly/3yzFYE7>. doi:10.1017/S0022278X00007618.
- Michels, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB.
- Mills, C. W. (1981). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Moreira, J. K. (2018). *A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política*. Tese (Doutorado em estudos africanos). Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17067>.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Nóbrega, A. (2003a). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Universidade Técnica De Lisboa/ Instituto Superior De Ciências Sociais e Políticas.
- Nóbrega, A. (2003b). Desejo de “cambança”: o processo eleitoral de 1999. *Soronda*, Bissau, 6(6), 7-82.
- O'Donnell, G., & Schmitter, P. (1988). *Transições do regime autoritário primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice.
- Raposo, E. V. (2019). As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 53(1), 159-177. Recuperado de <https://bit.ly/3ulcEyt>.
- Sangreman, C., Martins, L. V., & Proença F. (2019). Guiné-Bissau: a evolução da situação política de 2010 a 2018. In: Sangreman, C. (Cord.) Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro. *Review of African Political Economy*, 20(58), 7-40. Recuperado de <https://bit.ly/3AmEWwo>.
- Sartori, G. (1982). *Partidos e sistemas políticos*. Brasília: Editora UnB.